

SÍNTESE ECONÔMICA

A análise da evolução da economia brasileira, no primeiro semestre de 1963, nos conduz à seguinte constatação: nunca tanto se cogitou para a economia brasileira, de um instrumento de programação global orgânico e racional e nunca essa mesma economia reagiu de modo tão irracional e inorgânico. No plano trienal, pela primeira vez, procurou-se ir no Brasil além de uma simples seriação de metas. Pela primeira vez, em sua história, a economia brasileira revelou sintomas alarmantes de desorientação. Na presente síntese, analisam-se êsses sintomas, à base dos dados oficiais, concernentes o produto real, o comércio exterior, a evolução dos meios de pagamento e dos preços. Denunciam-se as causas desta situação, causas de natureza mais política e social, que propriamente econômica. Nem tôdas as esperanças estão perdidas, mas tudo leva a crer que nos aproximamos de uma definição decisiva entre os que desejam salvar essas últimas esperanças e os que se empenham na sanha desgraçada e irresponsável de as destruir.

1. PRODUTO REAL

PELO que se pode concluir da tabela I observou-se, no primeiro semestre de 1963, a tendência já esboçada no curso do ano de 1962 ou seja, uma queda nítida da taxa de crescimento do produto real, assim no setor agrícola, como no industrial. Embora as estimativas para 1963 sejam ainda bastante precárias, dado o pequeno volume de informações básicas disponíveis, verifica-se que o cres-

cimento do produto interno que, em última análise, não é senão o volume total de bens e serviços postos à disposição da coletividade, não alcançará sequer o incremento demográfico. Efetivamente, as cifras *per capita* que vinham apresentando uma taxa de crescimento médio de 3% ao ano, entre 1955 e 1961, evidenciam uma queda dêsse percentual para 0,3 em 1962, sendo que as estimativas disponíveis fazem prever um decréscimo para 1963.

BRASIL
PRODUTO REAL
1955 - 1963
(Variações Percentuais)

TABELA I

Anos	PRODUTO REAL		Indústria	Agricultura
	Total	"Per capita"		
1955	6,8	3,6	10,6	7,7
1956	1,9	— 1,1	6,9	— 2,4
1957	6,9	3,8	5,6	9,3
1958	6,6	3,5	16,4	2,0
1959	7,3	4,2	12,9	5,3
1960	6,3	3,2	10,6	4,9
1961	7,7	4,5	10,8	7,6
1962(*)	3,4	0,3	6,0	0,9
1963(**)	2,1	— 1,0	2,9	0,02

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia.

(*) Dados sujeitos a retificação.

(**) Previsão.

Duas ordens de causas podem ser apontadas como provocadoras dessa tendência, a saber:

- a) forte desequilíbrio estrutural,
- b) fatores político-sociais.

A tabela I faz-nos perceber o nítido descompasso entre os crescimentos da agricultura e da indústria.

Não obstante haver economistas que esposam a tese de que tal desequilíbrio seja necessário e até benéfico, há que se ter em mente que o crescimento agrícola apresenta três fases, dentro do pro-

cesso do desenvolvimento econômico. Na primeira, os produtos agrícolas destinam-se ao comércio externo, sendo o setor que liberará as poupanças necessárias ao desenvolvimento industrial. Representa, então, o papel de propulsor do desenvolvimento econômico. Se este seu crescimento for desproporcionado ao dos demais setores, irá, naturalmente, em futuro não muito remoto, criar entraves a eles.

Na segunda fase, o incremento das populações urbanas fará com

que a agricultura se oriente para o mercado interno para atender, tanto em volume como em qualidade, à demanda interna, sob pena de ocorrer um crescimento a tal ponto desequilibrado que se torne impossível a manutenção das tensões internas em níveis toleráveis.

Na terceira fase, a população alcança rendas e padrões alimentares tão elevados que os novos incrementos do poder de compra destinam-se, principalmente, a produtos industriais e serviços. Isto porque a maior parcela da pro-

dução primária tem por fim satisfazer às necessidades da alimentação. Conseqüentemente, neste estágio, a elasticidade-renda da demanda dos produtos agrícolas torna-se relativamente menor que a dos demais setores. A agricultura, então, declinará de importância porquanto o seu crescimento será quase só para compensar o aumento da população.

Como se observa nas tabelas II e III o Brasil encontra-se em estágio de transição entre a primeira e segunda fase. Com efeito:

BRASIL

PRODUTO AGRÍCOLA

1955 - 1963

Índices: 1955 = 100

TABELA II

Anos	Total	Produtos para consumo interno	Produtos de exportação
1955	100,0	100,0	100,0
1956	97,6	104,7	74,0
1957	106,7	108,9	104,3
1958	108,9	107,2	123,1
1959	114,6	113,7	125,5
1960	120,3	121,5	118,0
1961	129,4	132,0	119,2
1962(*)	130,5	136,4	104,9
1963(**)	130,5	144,0	91,3

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia.

(*) Dados sujeitos a retificação.

(**) Previsão.

BRASIL
**COEFICIENTES DE ELASTI-
CIDADE**

Renda de alguns produtos

1963

TABELA III

<i>Produtos</i>	<i>Coeficientes</i>
Leite	1,9
Ovos	1,8
Açúcar	1,5
Trigo	1,4
Batata	1,3
Banana	1,2
Arroz	1,1
Pescado	0,7
Milho	0,6

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

a) Sem embargo de ainda representar o grosso do valor das exportações brasileiras (83%), os produtos agrícolas de exportação, lavoura, produção animal e produção extrativa vegetal, vêm caindo violentamente de importância, face aos destinados ao mercado interno.

b) Elasticidade-renda da demanda dos produtos agrícolas, notadamente os de preços mais altos e considerados dieteticamente superiores, é bastante elevada o que indica que uma grande porcentagem do acréscimo da renda destina-se a melhorar os padrões alimentares.

A míngua de incentivos, o setor agrícola permanece estável, enquanto o volume de estímulos governamentais concedidos aos demais setores e não estendidos a êle, agrava ainda mais esta situação, não permitindo tais circunstâncias que a oferta agrícola acompanhe a demanda gerada pelo desenvolvimento dos setores urbanos. Desta forma, a alta elasticidade-renda da demanda de produtos agrícolas não gera estímulos capazes de fazer com que a oferta reaja como deveria, do que resulta uma espiral de preços, cada vez mais altos para êstes produtos.

Estando o Brasil na fase de transição acima mencionada, era de esperar-se que o descompasso entre o setor agrícola e o industrial gerasse, como efetivamente gerou, crises político-sociais quase insustentáveis, além de entravar o desenvolvimento dos demais setores.

A segunda ordem de causas do decréscimo do produto real *per capita* encontra-se nos desequilíbrios políticos decorrentes dos fatos verificados após agosto de 1961. Não cabe, aqui, uma análise dos fatos políticos, mas somente demonstrar sua repercussão sobre a economia nacional.

A crise política, face às incertezas que acarreta e graças à fermentação social que provoca, constitui um dos principais fatores do desequilíbrio da ordem econômica. Dois fatos principais decorrem da situação: a queda da produtividade e a redução dos investimentos produtivos.

As greves constantes, os dissídios, os *lock-out* e a paralisação

dos meios de transporte e estabelecimentos de crédito refletem-se, diretamente, no volume da produção,

BRASIL
EMISSIONES DE CAPITAL

Janeiro a junho de 1963

TABELA IV

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ 10 ⁹	Porcentagens
Total Geral	267,6	100,0
sendo:		
1) Novas Sociedades	23,2	8,7
2) Aumento de Capital Total	244,4	91,3
O aumento de capital se distribui em:		
1) Subscrição em dinheiro	99,7	37,2
2) Incorporação de reservas	48,0	17,9
3) Incorporação de C/C	23,5	8,8
4) Reavaliação de ativo	59,6	22,3
5) Outras operações	13,6	5,1

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Conjuntura Econômica.

Por outro lado, embora os dados digam que foi grande a expansão do capital das empresas, importa que sejam analisados qualitativamente. A tabela IV mostra que, das emissões de capital do primeiro semestre, apenas 37,2 % referem-se a emissões em dinheiro e 8,7% a novas sociedades. Tudo mais diz respeito somente a emissões contábeis de incorporação de reservas e reavaliação de ativo. Cumpre considerar, outrossim, que uma parcela substancial das emissões em dinheiro não se refere a novos investimentos líquidos. Primeiramente faz-se mis-

ter advertir que, em vista da espiral inflacionária a uma taxa muito superior aos índices legais da reavaliação do ativo, as reservas de depreciação não cobrem as cifras destinadas à reposição do equipamento desgastado. Por consequência, parte das emissões em dinheiro destina-se apenas à reposição de bens de produção gastos pelo uso. Em segundo lugar, há que se considerar, ainda, que uma parcela substancial dessas emissões atende apenas à necessidade do reforço do volume do capital de giro, face às restrições de crédito deste primeiro semestre. Tanto assim é que

estas maiores emissões de capital não significaram que as expectativas de lucros fossem otimistas. Ao contrário, o preço médio S—N das ações caiu de 10,5% no primeiro semestre, o que demonstra uma nítida expectativa de queda nos rendimentos. Ainda há a considerar a queda do volume dos investimentos estrangeiros que, como se verá na parte 3 deste artigo não foram compensados pelos investimentos internos.

Cumpra, além disto, advertir sobre um terceiro aspecto, qual seja o dos reflexos decorrentes da política governamental de contenções, particularmente de crédito. Numa economia inflacionária, é natural que se adotem medidas de tal ordem. Porém elas deverão

sempre iniciar-se pela demanda global que caracteriza a inflação. A contenção que deveria iniciar-se pelos salários e créditos aos consumidores, só se refletiu sobre a oferta, porquanto continuou a política de elevação de salários e vendas a prestações, agravando-se ainda mais o processo inflacionário.

2. COMÉRCIO EXTERIOR

Embora tenha se mantido constante o volume das exportações, verifica-se pela tabela V que se reduziu o déficit do Balanço Comercial e do total do Balanço de Pagamentos, relativamente ao primeiro semestre de 1962. Tal se deveu às drásticas medidas de contenção das importações.

BALANÇO DE PAGAMENTOS — 1961-1963

US\$ 10⁶

TABELA V

ESPECIFICAÇÃO	1961		1962		1963
	1.º Sem.	2.º Sem.	1.º Sem.	2.º Sem.	1.º Sem. (*)
Mercadorias (FOB) ...	— 10	121	— 31	— 59	— 10
Exportação	622	781	560	654	560
Importação	—632	—660	—591	—713	—570
Serviços	—194	—169	—182	—136	—110
Saldo em Conta Corrente	—292	— 48	—213	—195	—120
Capitais Autônomos ...	153	177	72	77	5
Erros e Omissões	83	— 24	—115	14	— 60
SUPERÁVIT (+) ou DEFICIT (—)	— 56	105	—256	—104	—175

Fonte: Conjuntura Econômica, SEEF do Ministério da Fazenda e Departamento Econômico da SUMOC.

(*) Estimativa preliminar.

Tem-se, uma vez mais, comprovação do que se afirmou na primeira parte deste artigo. Os produtos agrícolas constituem a principal parcela das exportações. Com a especialização da agricultura para a produção do consumo interno, é natural que caíam as exportações e, conseqüentemente, a capacidade para importar. Desta forma é de prever-se que o comércio exterior venha a representar uma parcela cada vez menor da economia brasileira.

Outro fato interessante é a queda drástica de entradas de capitais autônomos no país, face à política governamental contrária aos capitais estrangeiros. No primeiro semestre de 1961 a entrada líquida de capitais foi de 153 milhões de dólares. Em igual período de 1962 montou a 72 milhões, ao passo que em 1963 orçou, apenas, em 5 milhões de dólares.

3. MOEDA E CRÉDITO

Tanto a emissão de papel moeda como o crédito bancário não apresentaram crescimento excepcionalmente grande nesse período. Comparativamente com o primeiro semestre do último ano, o papel moeda em circulação apresentou-se com uma expansão ligeiramente inferior: 8% em 1963 para 10% em 1962. No entanto, observe-se que, em números absolutos, a emissão deste semestre foi maior que a do primeiro semestre do ano passado (40 bilhões em 1963 contra 30 bilhões em 1962).

Por outro lado, as medidas governamentais tendentes à retração de crédito, obrigou a que os bancos aumentassem os depósitos compulsórios à ordem da SUMOC, o

que não permitiu que o crédito bancário se expandisse na mesma proporção que a dos anos anteriores. Considerando-se o período de janeiro a maio, vê-se que os empréstimos dos bancos comerciais ao setor privado cresceram de 17% em 1962 e apenas de 5% em 1963.

4. PREÇOS

Não obstante o aumento da contensão relativa à expansão dos meios de pagamentos, verifica-se, no primeiro semestre de 1961, que a espiral inflacionária continua a agravar-se. A análise da tabela VI mostra que as médias de preços acusaram entre janeiro e junho de 1962 um aumento de 12% contra um de 25% em igual período deste ano.

As principais causas desse agravamento podem ser encontradas nos seguintes fatos:

a) Expansão da demanda global pelo aumento do salário mínimo e revisão dos contratos coletivos de trabalho no primeiro trimestre deste ano, assim como o pagamento do 13.º mês de salário no fim do último ano.

b) Retração da oferta global pela contenção do crédito, contínuas paradas de produção e redução dos investimentos, face às incertezas político-sociais.

c) Volume maciço de emissões em dezembro de 1962, cujos reflexos se fizeram sentir no primeiro semestre de 1963.

d) Retirada de subsídios sobre certos produtos importados, notadamente trigo e petróleo e serviços internos, principalmente transporte.

ÍNDICE DE ELEVAÇÃO DOS PREÇOS

1962-1963

Janeiro de cada ano = 100

TABELA VI

Meses	Índice geral de preços		Índice de preços por atacado		Índice de custo-de-vida na Guanabara	
	1962	1963	1962	1963	1962	1963
Janeiro	100	100	100	100	100	100
Fevereiro	102	106	102	107	102	105
Março	103	110	103	109	105	115
Abril	105	114	103	114	107	119
Maió	109	119	108	119	111	125
Junho	112	125	111	126	115	130

Fonte: Conjuntura Econômica.

5. CONCLUSÕES

O quadro pintado acima apresenta perspectivas pouco lisonjeiras para o ano de 1963. Embora o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social preveja a manutenção da taxa de crescimento e redução do nível inflacionário, verifica-se que, no primeiro semestre, as tendências foram nitidamente contrárias.

O Plano previa um aumento do Produto Nacional de 7% com um *per capita* de 3,9%, ao passo que as perspectivas são as de que o crescimento não ultrapasse a percentagem de 2,9% o que não alcançará o crescimento demográfico dando uma diminuição *per capita*.

Para um país cujo consumo de grande parcela da população cinge-se quase que ao nível de subsistência, a queda do produto *per capita* é prenúncio de graves crises sociais. Esta queda implicará, fatalmente, ou numa restrição do consumo ou numa restrição dos investimentos. Qualquer destas alternativas poderá ter consequências graves.

Por outro lado, o Plano previa uma redução de 50% na taxa de inflação para 1963. Isto é, estimava uma queda de 44% para 22%. Entretanto, só no primeiro semestre o crescimento já foi de 25% o que mostra a necessidade imperativa de rever os objetivos fixados por aquele Plano.

Para o segundo semestre dêste ano, entretanto, há quem espere (não sabemos se com fundamento) uma melhoria na situação, face aos reflexos da anunciada política de contenção do governo, principalmente no setor das despesas públicas e das importações. Há quem espere, ainda, que a oferta agrícola reaja à alta elasticidade-renda da demanda, o que aumentaria a produção do setor primário.

Há, também, quem tenha esperanças que, no segundo semestre, cessem as greves e as interrupções do trabalho. E, finalmente, há quem admita que os investimentos internos possam a vir compensar a redução dos investimentos estrangeiros de forma a que a taxa de crescimento do produto nacional volte aos níveis dos últimos anos.

APLIQUE SEU DINHEIRO COM O

MÁXIMO DE GARANTIA E RENDA

ESCRITÓRIO MENEZES

LUIZ J. C. DE MENEZES

Corretor de Fundos Públicos e Câmbio

RUA MIGUEL COUTO, 35-6.º

TELEFONE 52-8137